

**Recurso Inominado nº 0004541-79.2015.8.16.0018, oriundo do 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Maringá.
Recorrente: Folha de São Paulo
Recorrido: Paulo Sérgio Mantovani
Relator: Juiz Aldemar Sternadt**

**RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MATÉRIA JORNALÍSTICA. PREJUDICIAL DA PRESCRIÇÃO AFASTADA. PLEITEADO O GOZO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO. INSUBSISTÊNCIA. HIPÓTESE QUE NÃO SE SOBREPÕE AO DIREITO DE INFORMAÇÃO E À LIBERDADE DE IMPRENSA SENTENÇA REFORMADA.
Recurso conhecido e provido.**

Paulo Sérgio Mantovani aforou *ação de obrigação de fazer c/c danos morais e tutela antecipada* em face de *Folha de São Paulo*.

Afirma que a requerida publicou em seu *site* notícia onde constava que o autor foi preso, suspeito de violentar e matar uma menina de 10 (dez) anos de idade.

Salienta que após a prisão do verdadeiro autor do crime, a requerida não retificou a notícia e nem a retirou do *site*, gerando constrangimento público.

Requer que a ré seja condenada a retirar as notícias que vinculam o nome do autor como suspeito, bem como, pugna pela condenação da empresa jornalística no pagamento de danos morais.

Sobreveio sentença (evento 46.1) que julgou parcialmente procedente a ação, para o fim de condenar a requerida ao cumprimento da obrigação de fazer consistente na retirada de seu *site* as notícias que vinculam o nome do autor como suspeito do crime relatado na reportagem. Os danos morais pleiteados foram indeferidos.

Malcontente com a decisão, a requerida interpôs recurso inominado (evento 62.1), alegando em preliminar, a ocorrência da prescrição. No mérito, pugna pelo afastamento da condenação à supressão da notícia de seu acervo virtual, mantendo o arquivo jornalístico preservado.

É o relatório.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, deve o recurso ser conhecido.

DA PRESCRIÇÃO

O apelante reitera em sede recursal a ocorrência da prescrição ao argumento de que a reportagem foi veiculada no dia 22 de outubro de 2007 e a ação foi proposta em 24 de março de 2015, quando já decorridos mais de 03 (três) anos de sua divulgação.

Ocorre que a matéria escrita e publicada pelo recorrente foi reproduzida de forma continuada, o que afasta o reconhecimento da prescrição, conforme decidiu a sentença.

Afasto, pois, a prejudicial de prescrição.

MÉRITO

Cumprе ressaltar que é direito dos órgãos de imprensa em geral o repasse à comunidade de informações relevantes, assim como a crítica responsável sobre os acontecimentos.

Entretanto, esse direito não se dá livremente, ao contrário, deve sempre respeitar certos parâmetros e limites, impostos à intimidade pessoal e a imagem – e demais direitos fundamentais, consagrados pela Constituição da República.

Dito isso, vê-se que no caso em tela as informações veiculadas na matéria não extrapolaram o direito constitucional à informação, eis que a reportagem expôs informações baseadas em fatos mencionados pela Polícia Civil, ademais, é visto que a matéria somente relatou o repassado.

Da reportagem, extraem-se os seguintes dizeres:

26/10/2007 - 23h00

Polícia prende suspeito de violentar e matar menina em Maringá (PR)

da Folha Online

PUBLICIDADE

 Recomendar   

A Polícia Civil em Maringá, no Paraná, prendeu nesta sexta-feira um homem suspeito de ter violentado e matado a menina Márcia Andréia do Prado Constantino, 10, no último sábado (20). Natanael Búfalo, 41, já foi preso por estupro e atentado violento, mas estava em liberdade condicional desde 2006.

No domingo (21), a 9ª Subdivisão Policial de Maringá prendeu Paulo Sérgio Mantovani, 34, suspeito de ter participado do seqüestro e assassinato da garota. Ele é apontado como o condutor do carro --um Ford Fiesta-- em que a garota foi levada. Mas as investigações preliminares não apontaram que Mantovani teria participado do estupro e morte da garota.

Segundo a polícia, o suspeito preso hoje estava sob investigação desde o domingo. Na quinta-feira (25), ele procurou a polícia com seu advogado, mas seu depoimento não convenceu os investigadores de sua inocência.

Por isso, a 2ª Vara Criminal de Maringá decretou sua prisão temporária e hoje à tarde foi cumprido o mandado.

Além do mandado de prisão temporária, a polícia cumpriu também dois mandados de busca e apreensão, um casa de Búfalo, outro na casa onde ele estava escondido. "Fomos acompanhados por duas equipes do Instituto de Criminalística. Na casa onde ele estava escondido, não foi achado nada, mas em sua própria residência, os peritos encontraram evidências como fios de cabelo comprido, fragmentos de palha de milho, calçado com terra e uma pulseirinha de criança dourada queimada", disse o delegado-chefe da Subdivisão de Maringá, Antonio Brandão Neto.

Na segunda-feira (29), o Instituto de Criminalística de Curitiba deve fornecer o resultado do exame de DNA que está sendo feito para comparar o esperma que foi encontrado na vítima com a coleta de sangue do suspeito.

Crime

Márcia participava de um culto no estacionamento de um templo da Assembléia de Deus localizado no centro de Maringá quando desapareceu, por volta das 21h de sábado. O corpo foi encontrado no domingo (21), seminu e parcialmente queimado, em uma área rural da cidade, perto da rodovia PR-317. Segundo a polícia, ela foi vítima de espancamento e violência sexual.

A menina estava no culto acompanhada do pai, que é sonoplasta da igreja, da mãe e de um irmão mais novo. O evento reuniu, ao todo, cerca de 1.300 pessoas. No momento em que desapareceu, ela brincava com um grupo de crianças no estacionamento.

Acompanhe as notícias em seu celular: digite wap.folha.com.br

Ressalta que a matéria jornalística aparenta fidelidade aos fatos ocorridos.

Não há tendenciosidade, nem imputação do crime a pessoa do autor, tampouco se extrai qualquer parcialidade do texto.

A notícia divulgada no *site* da recorrente não tem o condão de afetar a honra do autor, pois foi lastreada em fatos que efetivamente ocorreram, e não tem caráter denunciativo, apenas informativo, bastando ler a matéria para se chegar a esta conclusão.

Não se tem dúvidas de que a publicação jornalística teve origem em fatos concretos, não sendo fruto da imaginação da requerida, com o objetivo de prejudicar a imagem e a honra do autor.

Ora, se a matéria não foi ofensiva, mentirosa, tendenciosa, inexistente razão para suprimir seu conteúdo do *site*.

Raciocínio diverso levaria a ressuscitar a temida e odiada censura e, pior ainda, criar uma nova modalidade de censura: a censura da internet e apenas dela, uma vez que impossível suprimir o conteúdo da edição impressa.

Por outro lado, acerca do alegado direito ao esquecimento, entendo que razão assiste a recorrente.

O direito ao esquecimento, hoje festejado como novel direito da personalidade, a nosso sentir, encontra resistência frente ao direito à informação e à liberdade de imprensa.

A liberdade de imprensa, sustentáculo primordial da formação da opinião pública, não pode sofrer limitação sob o ilusório manto de resguardo de direitos individuais, pois se assim o fosse, reitero, estaríamos criando inadmissível e inconstitucional forma de censura.

Assim sendo, voto pelo provimento do recurso, reformando a sentença a fim de julgar improcedentes os pedidos iniciais, nos termos da fundamentação exposta.

Logrando a recorrente êxito em seu recurso, deixo de condenar em custas e honorários de sucumbência, nos termos do art. 55 da Lei nº 9099/95.

Dispositivo.

Face o exposto, decidem os Juízes integrantes da 1ª Turma Recursal do Estado do Paraná, por maioria de votos, **conhecer e dar provimento** ao recurso, nos exatos termos deste voto.

O julgamento foi presidido pelo Sr. Juiz Leo Henrique Furtado Araújo (com voto), e dele participaram o Sr. Fernando Swain Ganem e o Sr. Juiz Aldemar Sternadt (relator).

Curitiba, 07 de julho de 2016.

Aldemar Sternadt

Juiz Relator